

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 39 No. 3 Setembro - Dezembro 2026

ARTIGO

UMA DISCUSSÃO CRÍTICA DA HIPÓTESE GOYA-MALABRIGO/ARAWAK E DE ALGUMAS BASES PARA A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLINGÜÍSTICA

Fernando Orphão de Carvalho*

RESUMO

Este trabalho tem como propósito apresentar uma avaliação, a partir de uma perspectiva linguística, da proposta de associação “arqueolinguística” entre a entidade arqueológica Goya-Malabrigo e a família linguística Arawak. A conclusão é essencialmente negativa e ocorre em dois sentidos principais: no primeiro, observamos que a proposta é limitada, pois não permite qualquer tipo de inferência a respeito dos eventos históricos subjacentes à expansão da família linguística Arawak nos seus limites meridionais; no segundo sentido, percebemos que a hipótese oscila entre uma caracterização étnico-arqueológica, por um lado, e linguística, por outro, do rótulo “Arawak”, e se ampara de forma tênue sobre a presumida existência de um pacote coeso de tradição cultural (o chamado “*ethos* Arawak”). Em um tom mais positivo, apresentamos também o que nos parece ser a abordagem mais frutífera para se tratar da busca de convergências entre a linguística histórica e a arqueologia na investigação do passado humano: trata-se da abordagem “processualista”, inaugurada e desenvolvida, em estudos de caso particulares, no trabalho de arqueólogos como Colin Renfrew e Peter Bellwood. Terminamos com algumas observações embrionárias e otimistas a respeito de alguns desenvolvimentos que estão atualmente em curso nesse campo interdisciplinar.

Palavras-chave: Goya-Malabrigo; Arawak; Arqueologia; Linguística.

** Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ); Grupo de Pesquisa ‘Words, Bones, Genes and Tools’, Universität Tübingen, Tübingen, Alemanha. E-mail: fernaoorphao@mn.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2115-7416>.

A CRITICAL DISCUSSION OF THE GOYA-MALABRIGO/ARAWAK HYPOTHESIS AND SOME FOUNDATIONS FOR ARCHAEOLINGUISTIC RESEARCH

ABSTRACT

This paper presents, from a linguistic perspective, an assessment of the proposed “archaeolinguistic” association between the Goya-Malabrigo archaeological entity and the Arawak language family. The conclusion is essentially negative, in two main respects. First, the proposal is limited, as it allows no inference about the historical events underlying the expansion of the Arawak family along its southern margins. Second, the hypothesis oscillates between an ethno-archaeological and a linguistic characterization of the label “Arawak,” resting tenuously on the presumed existence of a cohesive package of cultural tradition (the so-called “Arawak *ethos*”). In a more positive tone, we present what seems to us the most fruitful approach to seeking convergences between historical linguistics and archaeology in the study of the human past: the “processualist” approach, initiated and developed through particular case studies by archaeologists such as Colin Renfrew and Peter Bellwood. We close with some embryonic, optimistic observations on developments currently under way in this interdisciplinary field.

Keywords: Goya-Malabrigo; Arawak; Archaeology; Linguistics.

UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LA HIPÓTESIS GOYA-MALABRIGO/ARAWAK Y DE ALGUNAS BASES PARA LA INVESTIGACIÓN ARQUEOLINGÜÍSTICA

RESUMEN

Este trabajo tuvo por objetivo presentar una evaluación, desde la perspectiva lingüística, de la propuesta de asociación “arqueolingüística” entre el yacimiento arqueológico de Goya-Malabrigo y la familia lingüística Arawak. La conclusión es esencialmente negativa y se manifiesta en dos aspectos principales: en primer lugar, observamos que la propuesta es limitada, ya que no permite ningún tipo de inferencia respecto a los acontecimientos históricos subyacentes a la expansión de la familia lingüística Arawak en los límites meridionales; en segundo lugar, percibimos que la hipótesis oscila entre una caracterización étnico-arqueológica, por un lado, y lingüística, por otro, del término “Arawak”, y se apoya de manera débil en la supuesta existencia de un conjunto cohesivo de tradición cultural (el llamado “*ethos* Arawak”). En un tono más positivo, presentamos también lo que nos parece ser el enfoque más fructífero para abordar la búsqueda de convergencias entre la lingüística histórica y la arqueología en la investigación del pasado humano: se trata del enfoque “procesualista”, iniciado y desarrollado en estudios de caso particulares en el trabajo de arqueólogos como Colin Renfrew y Peter Bellwood. Concluimos con algunas observaciones preliminares y optimistas sobre ciertos avances que se están dando actualmente en este campo interdisciplinario.

Palabras clave: Goya-Malabrigo; Arawak; Arqueología; Lingüística.

INTRODUÇÃO

Tanto a linguística histórica quanto a arqueologia, além da antropologia cultural, da antropologia biológica e da genética, interessam-se pelo passado das populações humanas. Com base na análise privativa dos seus domínios particulares, cada uma dessas disciplinas pode observar ou inferir padrões que se configuram como evidências de eventos pretéritos que afetaram um conjunto regional de populações ou comunidades. Desde a emergência de uma preocupação científica em relação a esses temas e o surgimento dessas disciplinas enquanto campos autônomos de produção de conhecimento, têm existido correntes e movimentos que buscam algum tipo de **convergência** e **“consiliência”** (concordância de evidências) entre esses testemunhos tão díspares a respeito do passado (ver *e.g.*, Cavalli-Sforza (2003); Cavalli-Sforza e Cavalli-Sforza (1995); Kirch e Green (2001); Moore (1994); Renfrew (1987); Trigger (1968)).

No contexto da linguística histórica e da arqueologia do continente sul-americano, busca-se neste artigo examinar uma instância particular de possível construção de diálogo interdisciplinar. Em um plano específico, discutiremos criticamente uma proposta de associação “arqueolinguística”, isto é, a ideia de que há algum tipo de vinculação entre essas entidades de ontologias distintas, em que uma delas é linguística e a outra é arqueológica¹. Mais precisamente, ofereceremos alguns comentários acerca da ideia de uma “vinculação Arawak” à entidade arqueológica Goya-Malabrigo, cuja exposição moderna mais completa aparece em Politis e Bonomo (2012). A importância do trabalho é demonstrada pela sua reedição, após mais de uma década, nesta revista (ver Politis e Bonomo (2018, 2023)).

À guisa de introdução, podemos justificar brevemente as razões pelas quais uma avaliação linguística da hipótese Goya-Malabrigo/Arawak se faz necessária. Tomamos como ponto pacífico a premissa de que o rótulo “Arawak” é essencialmente linguístico. Como em outros casos, notoriamente em rótulos como “celta” (Chapman, 1992; Renfrew, 1987), temos aqui um termo que tem uma definição unívoca e clara no plano linguístico e é rotineiramente estendido para outros domínios (como etnológico e arqueológico) com base em um conjunto mais ou menos articulado de premissas, em geral relacionadas às contingências históricas que criaram as condições para a associação entre características linguísticas e não linguísticas. As razões para uma certa primazia linguística desses rótulos, assim como a natureza das premissas que justificam o uso estendido dos termos, serão tratadas na segunda seção deste estudo. Por hora, é suficiente frisar que, embora Politis e Bonomo (2012, 2018) empreguem o termo “Arawak” de maneira polissêmica – isto é, por vezes em um sentido (etno) linguístico, por vezes em um sentido arqueológico –, implicações linguísticas estão sempre presentes no trabalho dos autores. Esse fato justifica esta discussão.

¹ É importante destacar que o termo “arqueolinguística” e outras expressões dele derivadas não são utilizados nos trabalhos que formam o foco da nossa análise, em particular Politis e Bonomo (2012, 2023). O termo é utilizado aqui como maneira de se referir às investigações interdisciplinares que se baseiam em uma aproximação entre a arqueologia e a linguística histórica. Termos e expressões similares, como “Língua-arqueologia” (Shnirelman, 1997) e “Arqueologia Linguística” (Southworth, 2005) já foram utilizados com aproximadamente o mesmo sentido. Podemos dizer, no entanto, que o termo “Arqueolinguística” tem prevalecido (ver, *e.g.*, Robbeets; Hudson e Ning (2025), em relação à Eurásia Setentrional; van Gijn, Arias e Souza (2025) em relação à Amazônia; e Kristiansen, Kroonen e Willerslev (2023) em relação à família Indo-europeia, além de Bellwood (2005) em um trabalho de âmbito – e ambição – global).

De modo a ilustrar a inegável dimensão linguística da hipótese Goya-Malabrigo/Arawak, há dois conjuntos de evidências a serem apresentados. Podemos notar, primeiro, que o termo *lengua* (ou *lenguaje*) aparece aproximadamente quarenta vezes ao longo do texto de Politis e Bonomo (2012) e que **todas** as suas ocorrências aparecem na seção especificamente destinada à discussão da filiação Arawak de Goya-Malabrigo. A importância de considerações, fatores e implicações linguísticas para a hipótese pode ser ainda ilustrada pela comparação do número de ocorrências entre *lengua*, quarenta, como notado acima, e *alfarería* (ou termos derivados) no mesmo texto: *alfarería* aparece 33 vezes. Em segundo lugar, Politis e Bonomo (2023), refletindo onze anos após a publicação de suas contribuições pioneiras, deixam claro o tipo de implicação, que aqui chamamos de “arqueolinguística”, que tal trabalho possuía:

Nele se redefiniu esta entidade arqueológica que teve uma agência histórica significativa nos cursos médio e inferior do Rio Paraná, no curso inferior do Uruguai e na costa oriental do Rio da Prata, e também voltamos a explorar a sua vinculação **com a dispersão meridional do grupo etnolinguístico Arawak** (Politis; Bonomo, 2023, p. 87, tradução nossa, grifo nosso)².

Com essas considerações à mão, seria enganoso pensar que a noção de “Arawak” utilizada em Politis e Bonomo (2012) é exclusivamente arqueológica, já que também apresenta conteúdo linguístico. Como indicado pelos próprios autores da proposta, podemos entender que ela pretende contribuir para a compreensão interdisciplinar dos eventos por trás da dispersão das línguas Arawak. É precisamente este objetivo que está sob consideração.

É importante esclarecer que não apresentaremos aqui novas evidências empíricas relacionadas, mesmo que indiretamente, à entidade **arqueológica** Goya-Malabrigo. No entanto, os comentários e argumentos aqui expressados relacionam-se à **interpretação arqueológica**: etapa sempre presente (embora de formas muito diferentes) no trabalho arqueológico (ver *e.g.*, Ascher (1961); Ashmore e Sharer (2010)). A interpretação é necessária em virtude da lacuna entre os objetos examinados pela arqueologia (o registro arqueológico) e os objetivos ou questões da arqueologia enquanto parte das ciências sociais e da cultura³. Incluímos dentro da interpretação arqueológica as tentativas interdisciplinares de “triangulação” com dados de outras disciplinas, entre elas a linguística histórica. Não é de se surpreender que uma parte significativa das divergências e do dissenso internos à comunidade arqueológica encontrem-se justamente no domínio da interpretação, seja ao longo da história da disciplina (Ashmore; Sharer, 2010; Kristiansen, 2009), seja no atual momento de “pluralidade teórica” que caracteriza a área (Hodder; Hutson, 2004)⁴. Duas premissas a respeito da interpretação arqueológica

² No original: “En él se redefinió esta entidad arqueológica que tuvo una significativa agencia histórica en los ríos Paraná Medio e Inferior, Uruguay Inferior y costa oriental del Río de la Plata, y también se volvió a explorar su vinculación **con la dispersión meridional del grupo etnolingüístico arawak**” (Politis; Bonomo, 2023, p. 87, grifo nosso).

³ A interpretação arqueológica que busca compreender, “reconstruir” ou explicar as condições econômicas, sociais e culturais que caracterizam a vida de populações humanas pretéritas – *e.g.*, Kristiansen (2009).

⁴ Classicamente, a ausência de documentos escritos no conjunto de evidências disponíveis para a arqueologia pré-histórica motivou muito da discussão sobre os limites da interpretação, como é o caso da famosa Escada de Hawkes – ver, *e.g.*, Evans (1998).

são aqui muito importantes: primeiro, sua dependência contextual e, segundo, a ideia de que suas interpretações podem ser mais ou menos adequadas, tanto em relação aos dados quanto à sua lógica interna (Hodder; Hutson, 2004). Voltaremos a essa questão em detalhes a durante a segunda, terceira e quarta seções deste trabalho.

Outro aspecto desta contribuição que merece ser enfatizado é o seguinte: as afirmações feitas por Politis e Bonomo (2012, 2018, 2023) **estritamente a respeito da entidade arqueológica Goya-Malabrigo** não serão postas em xeque. Em realidade, se for permitido a linguistas com *expertise* oblíqua e tateante em arqueologia opinar, os argumentos oferecidos pelos autores nos parecem, em suma, convincentes ou então conclusivos a respeito dos pontos que serão abordados a seguir. Em primeiro lugar, o que diz respeito à origem externa – não local – da entidade arqueológica: isto é, dada a ausência de precursores locais na Bacia do Paraná e do Prata, certamente houve um influxo ou estímulo não local para o desenvolvimento da entidade Goya-Malabrigo. Concordamos com Politis e Bonomo (2023) que a quantidade e a diversidade de inovações estilísticas e tecnológicas e a introdução de plantas exóticas presentes em um intervalo relativamente breve de tempo testemunham em favor de algum tipo de influxo externo, contrariando, ou ao menos qualificando, a ideia de Loponte e Acosta (2016) de um desenvolvimento *in situ*. Em segundo lugar, há a caracterização oferecida pelos autores da entidade em questão, que é associada às comunidades de orientação fluvial e com horticultura/agricultura e se opõe à proposta de Loponte e Acosta (2016), que descreve as populações que legaram a entidade Goya-Malabrigo como compostas por caçadores-coletores complexos, que tampouco será questionada (ver Politis e Bonomo (2023) e Politis *et al.* (2018)). Os pontos aqui abordados destinam-se somente à avaliação da proposta de associação cultural – ou, mais especificamente, linguística – em questão e talvez ajudem a lançar luz sobre o que queremos dizer quando qualificamos com um rótulo linguístico uma entidade arqueológica⁵.

A contribuição organiza-se da seguinte forma: na segunda seção apresentamos algumas das premissas teóricas deste trabalho. Em particular, discutimos o que nos parece ser a abordagem mais adequada para a construção de uma triangulação entre evidências linguísticas e arqueológicas. De acordo com essa abordagem, e em virtude da inexistência de “fósseis linguísticos”, a única direção possível para a busca de um diálogo interdisciplinar é a de partir das distribuições linguísticas atestadas e, somente então, ir em direção às interrogações sobre o registro arqueológico. O objetivo explícito é o de prover uma explicação para a distribuição linguística atestada em termos de processos e eventos históricos. Já na terceira seção, em consonância com a discussão exposta na segunda seção, expomos o que nos parece o maior problema da proposta Goya-Malabrigo/Arawak: a ausência de atestação de grupos Arawak na região do Rio Paraná e do Rio da Prata, o que torna a hipotética associação proposta pelos autores radicalmente distinta daquelas mais produtivamente consideradas no contexto de um diálogo entre as disciplinas da linguística histórica e da arqueologia. As tentativas dos autores, brevemente revisadas, de buscar algum tipo de rastro da presença Arawak na região do baixo e médio Paraná nos parecem, no mínimo, discutíveis. Na quarta seção, chamamos atenção às indicações de que a proposta de vinculação Arawak/Goya-Malabrigo parece ser,

⁵ Em um trabalho posterior, que ainda está em desenvolvimento, pretendemos expor nossa visão e algumas ideias basilares para a promoção de uma cooperação entre linguística histórica e arqueologia, em particular no contexto Amazônico. Algumas dessas ideias são, entretanto, antecipadas na segunda seção deste trabalho.

em essência, de natureza étnica e arqueológica; examinamos em algum detalhe uma premissa fundamental dessa e de inúmeras outras propostas: a hipótese da existência de tradições de transmissão cultural que agregam tanto características linguísticas quanto outros traços com visibilidade arqueológica. O objetivo consiste em sublinhar o quanto essa premissa, quase sempre de natureza discutível, é essencial e subjaz à proposta de Politis e Bonomo (2012). A quinta seção é dedicada às conclusões e a uma discussão geral sobre o que foi apresentado aqui e sobre as possibilidades de cooperação interdisciplinar.

ALGUMAS PREMISSAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA UMA ARQUEOLINGUÍSTICA

Na linguística histórica, é tradicional e estabelecida a distinção entre a história interna e a história externa de uma língua ou família linguística. A primeira é propriamente o campo exclusivo de investigação da linguística e diz respeito aos processos e padrões de mudança no sistema linguístico em si, isto é: em sua estrutura sonora (fonética e fonologia), seus processos de formação de palavra (morfologia), seus padrões de construção de sentenças (sintaxe) e seus significados (semântica), sejam eles expressos por elementos do vocabulário, pertencentes ao léxico, ou não. Em contraste, podemos dizer que a história externa investiga a história das comunidades linguísticas, com o propósito de responder às questões que não têm vinculação com aspectos puramente estruturais e gramaticais, ou seja, propriamente relacionados aos sistemas linguísticos. Assim, se examinamos o desenvolvimento do sistema sonoro e gramatical do latim nas línguas românicas, como o português e o espanhol, estamos investigando a história interna; se nos perguntarmos, por outro lado, a respeito das condições sociais, políticas e econômicas que permitiram que o latim perdurasse como vernacular apenas em certas regiões da Europa meridional e do Mediterrâneo, como a Península Ibérica, mas não em regiões como o Levante ou as Ilhas Britânicas, onde não encontramos línguas românicas – aí estaremos analisando a história externa. Neste trabalho abordamos questões necessariamente interdisciplinares relacionadas à história externa da família linguística Arawak – e a hipótese Goya-Malabrigo/Arawak pode ser entendida como parte desse esforço. Como indicado na primeira seção, Politis e Bonomo (2012, 2023) tratam o termo Arawak como possuidor de conteúdo linguístico em adição ao arqueológico e entendem a hipótese Goya-Malabrigo/Arawak como uma contribuição para a compreensão da dispersão das línguas Arawak.

É crucial frisar que a hipótese Goya-Malabrigo/Arawak está sendo avaliada a partir de um ponto de vista particular. A perspectiva em questão é a da **busca por explicações históricas para a formação de famílias linguísticas**. Como indicado na primeira seção, concordamos com Hodder e Hutson (2004) quanto ao fato de que interpretações, ou modos de construir interpretações, podem ser mais ou menos adequados, tanto em relação aos dados quanto às suas lógicas internas. O que tratamos nesta seção é justamente do que nos parece a melhor “lógica” ou caminho metodológico para relacionar língua e cultura material em um processo de triangulação de evidências (ver Kirch e Green (2001)) com propósitos interpretativos.

O modelo interpretativo aqui privilegiado está estreitamente associado ao trabalho de dois arqueólogos: Colin Renfrew (1987, 1998) e Peter Bellwood (2005, 2014), mas, como veremos adiante, ele também tem antecedentes em outras propostas de investigação interdisciplinar do passado. O ponto inicial é a seguinte constatação: sempre que tentamos dar conta da realidade histórica por trás da distribuição espacial de uma família linguística – isto é, quando buscamos compreender a história externa dessa família –, entramos necessariamente em uma área de relevância para a ciência do registro material do passado humano (Renfrew, 1987). Dentro dessa perspectiva, podemos falar em “evidência arqueológica relacionada

à questão da mudança linguística”⁶ (Renfrew 1987, p. 6; tradução nossa) – expressão essa que poderia parecer, em princípio, surpreendente para muitos. Como aponta o autor:

O desafio é o de criar uma relação construtiva entre esses dois campos de discurso, esses dois mundos de argumentos, e a tarefa deve ser propiciada por uma compreensão melhor das relações entre *processos de mudança*: Por um lado, o processo linguístico, por outro lado aqueles que deixam vestígios no registro arqueológico. Os fenômenos de mediação parecem ser, em larga medida, sociais e demográficos (Renfrew, 1987, p. 286, tradução nossa)⁷.

Ou, de forma mais sintética:

O meu ponto é simplesmente o de que a dispersão de línguas está frequentemente associada a processos sociais, demográficos e econômicos que o arqueólogo pode buscar estudar e compreender (Renfrew, 1987, p. 271-272, tradução nossa)⁸.

Tal perspectiva não é de forma alguma estranha aos objetivos de investigadores interessados no passado dos povos indígenas da América do Sul, cujo trabalho contempla, por exemplo, o propósito de se “entender os processos de mudança de longa duração que produziram as geografias etnolinguísticas contemporâneas” (Hill; Santos-Granero, 2002, p. 6, tradução nossa)⁹, ou as “tentativas de explicar a distribuição de línguas e grupos étnicos indígenas” (Hornborg; Hill, 2011, p. 1, tradução nossa)¹⁰. O legado de gigantes do campo como Donald Lathrap e José Brochado e os continuados esforços de investigadores tributários à mesma tradição – e.g., Silva (2009); Almeida e Neves (2015); Silva e Noelli (2017) – são testemunhas dessa proximidade (ver Neves (2022) e Noelli (2008)). A preocupação clássica com o Problema Indo-Europeu, por exemplo, de importância fundacional para a arqueologia e o seu desenvolvimento histórico, encaixa-se exatamente nessa perspectiva. Após discutir com algum detalhe as relações entre as línguas indo-europeias, tal como determinadas pelos métodos da linguística histórica, Renfrew (1987, p. 11, tradução nossa)¹¹ completa:

⁶ No original: “archaeological evidence relating to the question of language change” (Renfrew 1987, p. 6).

⁷ No original: “The real problem is to bring these two worlds of argument, these two fields of discourse, into some sort of constructive relationship [...] the task is to be undertaken by understanding better the relationships between the processes of change: on the one hand the linguistic process, on the other hand those which leave material traces in the archaeological record. The mediating phenomena appear to be largely social and demographic” (Renfrew, 1987, p. 286).

⁸ No original: “My point is simply that language spread often is indeed associated with intelligible social, demographic and economic processes which the archaeologist can well aspire to study and understand [...]” (Renfrew, 1987, p. 271-272).

⁹ No original: “[...] to understand long-term historical processes of change that have produced contemporary ethnolinguistic geographies” (Hill; Santos-Granero, 2002, p. 6).

¹⁰ No original: “Attempts to explain the distribution of indigenous languages and ethnic groups” (Hornborg; Hill, 2011, p. 1).

¹¹ No original: “But what is the historical reality underlying this relationship? Where did these languages come from? Did they derive from a single group of people who migrated? Or is there an entirely different explanation? This is the Indo-European problem” (Renfrew, 1987, p. 11).

Mas qual é a realidade histórica subjacente à essa relação? De onde vêm essas línguas? Derivariam elas de um único grupo de pessoas que migraram? Ou há uma explicação diferente? Esse é o Problema Indo-Europeu.

Isto é, a existência de uma família linguística, que inclui uma filogenia representante das relações entre os seus diversos membros, coloca um problema explanatório: quais foram os eventos, potencialmente visíveis no registro arqueológico, que levaram ao surgimento da família linguística sob estudo. Esse aspecto é realçado em diferentes pontos do trabalho pelo autor, como quando a “questão subjacente” a ser respondida pelo arqueólogo é assim definida: “como uma língua específica veio a ser falada em uma área particular?” (Renfrew, 1987, p. 120, tradução nossa)¹², ou quando o autor afirma que o que estamos tentando entender é “o fundo histórico de uma distribuição de línguas” (Renfrew, 1987, p. 123, tradução nossa)¹³. Embora a característica central do modelo seja a necessidade de monitorar independentemente fenômenos demográficos, sociais e econômicos que deixam rastros nos dois registros – o material/arqueológico e o linguístico –, há uma característica do raciocínio empregado que merece ser enfatizada: **primeiro** identificamos relações linguísticas filogenéticas e sua dimensão espacial, **depois** partimos para uma consideração dos fatores que constituem a sua história externa.

Alguns pontos devem ser sublinhados no que diz respeito a essa característica que para nós é central. Em primeiro lugar, a despeito do foco de Renfrew no problema específico da família do Indo-Europeu, o seu modelo é geral: o próprio Renfrew o aplica, como uma tentativa é claro, aos casos da família Bantu e do ramo Polinésio das línguas austronésias (ver Renfrew (1987, p. 277)). Em Bellwood (2005) – um trabalho de âmbito global a respeito dos impactos históricos da emergência da produção de alimentos entre populações humana –, as famílias linguísticas têm papel fundamental, como um dos indícios dos efeitos demográficos dessa mudança econômica e produtiva. Uma das observações primárias da abordagem parte, exatamente, da existência de famílias linguísticas (Bellwood, 2005, p. 4). Em segundo lugar, é importante frisar que a prioridade dada à informação linguística, com o propósito de oferecer um modelo explanatório interdisciplinar que dê conta dos eventos históricos por trás da formação das famílias linguísticas, é um traço compartilhado com outras abordagens em antropologia histórica¹⁴.

O “método genético” de Evon Vogt (1964, 1994)¹⁵ é extremamente influente para abordagens contemporâneas do estudo histórico de populações tradicionais – *e.g.*, Kirch e Green (2001) incluem uma premissa similar. Após notar que a abordagem por ele proposta para o estudo das populações falantes de línguas Maias depende de um conjunto

¹² No original: “How does a specific language come to be spoken in a particular area? That is the underlying question which we have to ask” (Renfrew, 1987, p. 120).

¹³ “When we are trying to understand the historical background to a distribution of languages [...]” (Renfrew, 1987, p. 123).

¹⁴ O uso de “antropologia histórica” aqui se refere àquele que Kirch e Green (2001) atribuíram ao termo, ou seja, um rótulo geral para as investigações interdisciplinares sobre o passado humano.

¹⁵ Vogt primeiro batizou o seu método de “genético” (Vogt, 1964), mas posteriormente adotou o rótulo, podemos dizer, mais adequado de método “filogenético” (Vogt, 1994). Essa mudança foi incorporada na literatura (ver *e.g.*, Kirch; Green ((2001))).

multidisciplinar de métodos e dados, Vogt (1964, p. 12-13, tradução nossa)¹⁶ faz a seguinte observação (ver também Vogt (1994, p. 379-380)) para considerações idênticas):

Teoricamente seria possível começar em qualquer um dos três fatores que definem uma unidade genética – tipo físico, língua, ou padrões sistêmicos. Na prática, entretanto, parece mais econômico iniciar com o fator linguístico. Existem duas razões para isso: (1) temos hoje uma melhor definição das unidades genéticas em termos de línguas relacionadas e, de fato, a maioria das unidades genéticas podem até o momento ser definidas apenas com base em uma língua ancestral compartilhada; (2) os métodos comparativos dos linguistas são mais refinados e mais rigorosos do que os métodos comparativos dos arqueólogos, etnólogos ou antropólogos físicos.

Após essa observação, o autor cita a plotagem das distribuições linguísticas conhecidas como a primeira etapa na aplicação do seu método (Vogt, 1964). A prioridade dada à informação linguística no modelo de Vogt é similar a primazia que a mesma possui – como o *explanandum* por excelência – no modelo de Renfrew e o seu estatuto similar é consequência do mesmo conjunto de fatores.

Primeiro, há um fator pragmático associado ao objetivo da investigação. Quando buscamos explicar o porquê da existência de famílias linguísticas com as distribuições que elas apresentam, faz sentido iniciarmos com a consideração dessas mesmas distribuições (esse fato é especialmente central nos trabalhos de Renfrew e de Bellwood). Outro fator bastante evidente, mas digno de consideração, é a ausência de “fósseis linguísticos” quando tratamos de horizontes culturais ágrafos (“pré-história”). Por si só, esse ponto impede que façamos o movimento analítico inverso ao proposto por Renfrew e Vogt, isto é, nos baseando nas culturas, unidades ou entidades arqueológicas e, a partir delas, fazer as considerações linguísticas. Nos dada a distribuição espacial de um conjunto de línguas historicamente relacionadas e a compreensão dessas relações históricas, podemos procurar fazer arqueologia; no entanto, se recebemos apenas um conjunto de entidades arqueológicas, não podemos esperar fazer linguística. Um terceiro ponto importante em respaldo à metodologia aqui proposta foi há muito tempo percebido por investigadores da história cultural, ressoa diretamente com as razões oferecidas por Vogt (1964) e, portanto, merece consideração detalhada, já que possui implicações mais amplas para o uso de informações linguísticas acerca do passado humano.

Uma vantagem notória e amplamente discutida da evidência arqueológica sobre a evidência linguística é a especificação espacial e cronológica (ver, *e.g.*, Renfrew (1987)). Os artefatos, atributos e conjuntos de evidências que fornecem as bases para a construção de unidades taxonômicas arqueológicas (indústrias, fases, tradições, culturas etc.) podem ser localizados no espaço e, em grande parte dos casos, datados. A linguística histórica, por outro lado, tem desafios enormes para localizar no espaço entidades reconstruídas

¹⁶ No original: “Theoretically it would be possible to start at any point on the three factors that define a genetic unit – physical type, language, or systemic patterns. But in actual practice, it seems more economical to begin with language. There are two reasons for this point of attack on the problem: (1) we are further along in the definition of genetic units in terms of genetically related languages in fact, most genetic units can thus far only be clearly delimited by virtue of possessing variations of a common ancestral language; (2) the comparative methods of the linguists are more refined and more rigorous than the comparative methods of the archaeologists, ethnologists, or physical anthropologists” (Vogt, 1964, p. 12-13).

(por exemplo, ao tentar estabelecer a extensão territorial das comunidades falantes de protolínguas) e datar as mesmas entidades (ou, mais especificamente, datar eventos específicos nas filogenias linguísticas; veja a quinta seção deste trabalho).

Em outros aspectos, no entanto, a evidência linguística oferece uma janela única para a compreensão da história cultural. Uma relativa vantagem da evidência linguística, em geral sublinhada pela literatura em arqueologia evolucionária (*e.g.*, Shennan, 2002), é a robustez e a certeza com as quais as relações históricas entre as línguas podem ser inferidas, sejam elas de contato e difusão ou de ancestralidade comum. Aqui se encontram, justamente, as razões apresentadas por Vogt (1964) – e aceitas por outros, como Kirch e Green (2001) – para se oferecer uma certa primazia relativa à evidência linguística. Como um reflexo da segurança com a qual relações filogenéticas podem ser traçadas a partir do material linguístico temos o fato de que, de forma mais ampla, trabalhos que buscam compreender as relações históricas entre populações humanas baseadas em traços culturais não linguísticos tomam, por via de regra, relações linguísticas como representações das relações históricas entre grupos humanos (Currie; Mace, 2014; Shennan, 2002). Aceita-se, de modo geral, que as filogenias linguísticas oferecem o melhor e mais robusto método, em termos gerais, para a inferência de filogenias culturais (Mace; Pagel, 1994). Isso se deve a diferentes razões, como a preponderância da transmissão cultural vertical na transmissão das línguas, o fato de que as características linguísticas não estão sujeitas à seleção adaptativa por fatores ambientais e a capacidade dos métodos da linguística histórica em identificar relações filogenéticas de ancestralidade comum e de separá-las das relações produzidas pela difusão horizontal ou hibridização.

É necessário enfatizar essas vantagens relativas. Se, por um lado, linguistas quando perguntados por arqueólogos a respeito dos horizontes cronológicos de expansões linguísticas particulares podem fazer pouco além de propor estimativas amplas com base em paralelos grosseiros (“um grau de diferenciação com o das línguas românicas, logo, cerca de 2.000 AP”), por outro lado, linguistas se deparam com ampla controvérsia, no lado arqueológico, a respeito das filiações culturais de entidades arqueológicas que, muitas vezes, compartilham camadas adjacentes em sequências culturais. Em contraste, a existência não controversa de uma família como a Arawak dá como **certo** que há algum tipo de relação histórica vinculando, por exemplo, os Terena modernos que habitam o limite meridional do Pantanal Brasileiro em 2025 e os Taino que receberam Colombo no Caribe em 1492. Não há qualquer possibilidade de que as similaridades entre as línguas em questão sejam fortuitas, fruto do acaso ou resultado de inovação independente. Resta ao investigador fazer sentido das associações encontradas.

ONDE ESTÁ O “PROBLEMA ARAWAK”?

Segundo um itinerário iniciado por nomes como Erland Nordenskiöld e Max Schmidt, Politis e Bonomo (2012)¹⁷ propõem uma associação entre uma entidade arqueológica, a “cultura Goya-Malabrigo”¹⁸, e uma entidade linguística, a família linguística Arawak. Segundo os autores, a entidade arqueológica Goya-Malabrigo estaria, em primeiro

¹⁷ O sumário mais articulado e detalhado das ideias dos autores acerca dessa entidade arqueológica está em Politis e Bonomo (2018), embora argumentos mais concretos e desenvolvidos acerca da “vinculação Arawak” apareçam na publicação pioneira de Politis e Bonomo (2012), atualizada em Politis e Bonomo (2023).

¹⁸ Veja Politis e Bonomo (2018, p. 11-12) para a justificativa do uso de “entidade Goya-Malabrigo” em lugar de alternativas como “cultura Goya-Malabrigo”.

lugar, vinculada à dispersão meridional do grupo etnolinguístico Arawak (Politis; Bonomo, 2023, p. 87) e, em segundo lugar, encontraria uma continuidade histórica no chamado complexo Chaná-Timbú (Politis; Bonomo, 2023, p. 88). O termo “Chaná-Timbú” é uma designação genérica usada para englobar um conjunto de grupos indicados na primeira literatura de crônica colonial do século XVI e que habitaram as planícies aluviais do baixo e médio Paraná e, em partes, o baixo Uruguai (Politis; Bonomo, 2018). A hipótese de uma continuidade entre Goya-Malabrigo e o complexo Chaná-Timbú deve, essencialmente, à sobreposição geográfica, mas é evidenciada também por meio da presença de sítios multicomponenciais com associação entre material Goya-Malabrigo e material colonial, indicando uma continuidade, nesse período, da entidade em questão (Politis; Bonomo, 2018)¹⁹. A validade dessa proposta de continuidade cultural não será aqui debatida, mas nos parece bem amparada em evidências e essencialmente plausível.

O grande obstáculo para a aceitação da proposta de uma vinculação Arawak para a entidade arqueológica Goya-Malabrigo é o fato de que não há qualquer registro de línguas Arawak faladas no Rio Paraná e cursos adjacentes, como o Rio Uruguai e o Rio da Prata. Não está colocada, portanto, a questão de se explicar a realidade histórica subjacente à formação e expansão de uma família linguística (no caso, a família Arawak), o que constituiria, como explicado na segunda seção, o ponto mais direto para uma possível convergência produtiva entre linguística histórica e arqueologia. Em síntese, não há aqui um “Problema Arawak” equivalente ao Problema Indo-Europeu, que classicamente iniciou o diálogo mais frutífero entre as disciplinas. Embora a tentativa dos autores de atacar esse problema de frente seja admirável, ela não resulta de modo particularmente convincente. Ao final, concluiremos que o uso que os autores fazem do rótulo Arawak revela-se mais **étnico** (e, é claro, **arqueológico**) do que **linguístico**, e que essa é uma diferença de tipo fundamental.

Politis e Bonomo (2012) apontam em algumas direções que poderiam tornar a proposta associação Goya-Malabrigo/Arawak mais plausível, incluindo uma possível filiação Arawak com as parcamente descritas línguas da região, como o Chaná. Examinaremos agora algumas dessas propostas mais específicas. De modo a atenuar o obstáculo mencionado, Politis e Bonomo (2012) apresentam o mapa de Eriksen (2011), que supostamente mostra a distribuição pré-colonial de populações falantes de línguas Arawak, como evidência de que não haveria uma grande distância geográfica entre estas e o Rio Paraná ou o Rio da Prata. É importante notar que, embora o mapa de Eriksen (2011) seja apresentado como indicativo da localização de falantes das respectivas famílias linguísticas em 1500, o mapa contém inúmeros anacronismos, alguns dos quais de potencial relevância para a questão²⁰. Em particular, é possível notar no mapa a presença de grupos Arawak a leste do Rio Paraguai.

¹⁹ De igual maneira, a evidência de horticultura de pequena escala, incluindo o milho, nas comunidades Goya-Malabrigo, e a classificação de horticultores incipientes aplicam-se também aos Chaná-Timbú históricos (Politis; Bonomo, 2018).

²⁰ A despeito das inúmeras qualidades do importante trabalho de síntese interdisciplinar oferecido por Eriksen (2011), problemas similares aparecem em outros mapas do mesmo autor, os quais devem, portanto, serem interpretados com cautela. Um outro exemplo instrutivo são os mapas que o autor apresenta para o Baixo Amazonas e para as Guianas (e.g., Eriksen, (2011)). Embora os mapas sejam descritos como apresentando a distribuição de unidades etnolinguísticas no momento do contato – definido como o período em que as sociedades indígenas começaram a ser afetadas pelas doenças e ações conduzidas pelas forças coloniais europeias (Eriksen, 2011) –, os Wajãpi (Tupi-Guarani) já aparecem nas Guianas, entre o Jari e o Alto Oiapoque. Como se sabe, no entanto, a chegada dos ancestrais dos Wajãpi à região é bem mais tardia (aproximadamente século XVIII), e *resulta* de uma resposta às ações coloniais, entre elas a preação de escravos (ver Gallois ((1980))).

Entretanto, como se sabe, a presença de grupos Arawak – ancestrais dos modernos Terena e Kinikinau: os Guaná-Chané (Carvalho, 2016) – nessa região é resultado de uma migração que cruzou o Rio Paraguai a partir do Chaco – migração essa que é recente o suficiente para ter sido parcialmente documentada e lembrada pelos atuais grupos Arawak (Aguirre, 1898; Altenfelder Silva, 1949).

A migração dos Guaná-Chané para a margem esquerda do Paraguai é usualmente associada aos movimentos dos Mbayá/Guaicuru: grupos não Arawak com quem os Guaná-Chané tinham estreitas relações quando ainda estavam habitando o Chaco. Por sua vez, essa relação com os Guaicuru legou evidências linguísticas a respeito da sua natureza – evidências essas potencialmente relevantes para compreender os processos subjacentes a esse que é o limite meridional de expansão das línguas Arawak (Carvalho, 2018, 2019a). Como antecipado, esses grupos Arawak, recém-chegados ao Chaco e à margem ocidental/direita do Rio Paraguai, desenvolveram uma conhecida simbiose cultural com os grupos locais guaicuru no Chaco. Os parentes (linguísticos) mais próximos da língua dos Guaná-Chané – viva ainda hoje entre os Terena do Mato Grosso do Sul – estão nos Llanos de Mojos da Bolívia e, de modo mais amplo, em uma vasta região das terras baixas inundáveis do oeste boliviano. Diante dos nossos conhecimentos atuais, é seguro afirmar que os Guaná-Chané chegaram ao Chaco e ao Alto Paraguai vindo do Norte e encontraram, em sua chegada, grupos autóctones do Chaco, como os Guaicuru. De maneira interessante, os termos de vocabulário que a língua dos Guaná-Chané tomou emprestados da língua dos Guaicuru Setentrionais (Mbayá, ancestrais dos atuais Kadiwéu) apresentam uma concentração no campo semântico de fauna fluvial (peixes e mamíferos) e do uso econômico dos rios, incluindo até mesmo termos para “canoa” e “anzol”. A aglomeração semântica dos empréstimos sugere que, no momento do contato entre esses grupos, o ambiente aluvial de grandes rios como o Paraguai ou o Paraná constituía um cenário novo para esses grupos Arawak (ver o trabalho de Carvalho (2018, 2019a) para mais detalhes). Em suma, a entrada de línguas Arawak na Bacia do Paraná, que é o extremo meridional da sua distribuição conhecida, parece cronologicamente mais tardia do que o indicado no mapa de Eriksen (2011) e a evidência linguística sugere que o ambiente aluvial ou de várzea dos grandes rios, como os da Bacia do Paraná, era um ambiente novo para os Guaná-Chané recém-chegados ao Chaco. Os dois pontos colocam obstáculos de ordem espacial e cronológica para a hipótese Goya-Malabrigo/Arawak (ver também o trabalho de Loponte e Acosta (2016) para fatores dessa natureza).

Outra fonte utilizada pelos autores para discernir uma presença Arawak na região da Bacia do Paraná, e que igualmente demanda cautela na sua interpretação, é a *Carta Etnolinguística de Curt Nimuendajú* e os etnônimos nela contidos (ver Nimuendajú (2017) para a sua edição mais recente)). O fato de um etnônimo ser, enquanto objeto linguístico, associável a uma determinada família ou grupo não garante, nem mesmo sugere fortemente, que o grupo nomeado pelo termo em questão falava uma língua pertencente a esta mesma família. A transformação de exônimos em “etnônimos oficiais” (e mesmo em endônimos), amplamente documentada no nosso continente (e.g., *nambikwara*, *tikuna*, *ka’apor*, *kulina*, *piro*, *katukina* (Carvalho, 2019b), é suficiente para tornar o ponto claro. Os próprios autores reconhecem que *timbú*, por exemplo, é um exônimo de origem Guaraní (Politis; Bonomo 2012), o que por si só não indica que aqueles a quem o etnônimo se aplica fossem falantes de uma língua tupi-guarani. Nesse sentido, a mera identificação de um grupo sob o rótulo de *chané* (termo indubitavelmente de origem Arawak) entre o Alto Tebicuary e o Rio Paraguai não garante que o mesmo grupo fosse Arawak. O mapa de Nimuendajú indica a data de 1793 para a identificação do grupo, mas não fomos capazes, nas principais fontes da época para essa região (Francisco de

Aguirre, Sánchez Labrador, Félix de Azara) de encontrar a origem da menção, de modo a averiguar a existência de informações acerca do caráter Arawak das populações em questão. No entanto, é importante frisar que, ainda que confirmada, essa indicação de uma população Arawak não oferece muito. A data de 1793 indicada no mapa de Nimuendajú é condizente com o já mencionado movimento tardio – a partir das décadas finais do século XVIII – de falantes de línguas Arawak deixando o Chaco e cruzando para a margem esquerda/oriental do Rio Paraguai (Aguirre, 1898; Altenfelder Silva, 1949). O mesmo vale para o outro candidato a grupo Arawak indicado no mapa: um contingente Layana, subconjunto Guaná-Chané (Carvalho, 2016), indicado pelo próprio Nimuendajú como sendo o resultado de uma migração ainda mais recente desde a sua região entre o Rio Apa e o Rio Paraguai. Nenhum dos dois exemplos em potencial encontrados no mapa de Nimuendajú são claramente passíveis de associação com as populações Goya-Malabrigo, em plano espacial ou cronológico. Em síntese, a evidência etno-histórica a favor da presença de grupos propriamente Arawak, nos horizontes cronológicos de interesse e na região da Bacia do Paraná, não parece ser convincente²¹.

Um fator complicador adicional à interpretação deste tipo de evidência diz respeito particular ao rótulo *chané*, já que o termo foi aplicado a muitos grupos do curso do Rio Paraguai e da Chiquitania. Isso decorre, certamente, do fato de que os Chané propriamente ditos (isto é, aqueles que utilizavam o termo como um endônimo e falavam uma ou mais variedades do Guaná-Chané), funcionaram por muito tempo como guias para espanhóis que buscavam penetrar a região, como aponta Arruda e Peixoto (2016). Isto é, o caráter Arawak do rótulo *chané* encontra sua origem não no fato de que as populações denotadas pelo termo fossem elas mesmas falantes de uma língua Arawak, mas sim porque os interlocutores privilegiados daqueles que produziram os registros (no caso, os Guaná-Chané em relação aos ibéricos) eram.

Historicamente associado a um dos grupos do Complexo Chaná-Timbú, o etnônimo *chaná* é de especial importância para os autores Politis e Bonomo (2012, p. 34). Baseados na similaridade aparente entre este e o etnônimo *chané*, os autores consideram propício “repensar a filiação Arawak das línguas do complexo Chaná-Timbú”²². Antes de apreciar a hipótese de parentesco, é preciso aclarar o uso do modificador “aparente”, utilizado acima a respeito da similaridade entre os etnônimos *chané* e *chaná*. Em um sentido bastante significativo, a similaridade é apenas aparente, porque sabemos que a forma primitiva e mais antiga do termo é *acháne*, que significa “pessoa”, “gente”, e é atestado com esta forma e significado no Mojeño Antigo do fim do século XVII e início do século XVIII (ver Carvalho; Rose (2018)). A forma *chané*, atestada nas línguas dos grupos Guaná-Chané que penetraram na Bacia do Paraná (nas margens do Rio Paraguai), é secundária,

²¹ É crucial notar que argumentos do tipo “inferência por ausência” são comuns nas ciências históricas, particularmente na arqueologia, e que os mesmos não são necessariamente falaciosos. Como discutido por Wallach (2019), existem inúmeras situações em que eles são válidos. Compreendemos, no entanto, que há sim margem para argumentação e para uma tentativa de explicitação da força desses argumentos em casos particulares como o presente. Essa tarefa, no entanto, requer um artigo separado. Cabe frisar que esse tipo de argumento e os vieses associados à formação do registro arqueológico são um dos fatores que tornam a interpretação arqueológica contextualmente dependente (Hodder; Hutson, 2003) e que problemas correlatos são encontrados em todas as ciências históricas.

²² No original: “Esta posibilidad debe ser aún explorada más sistemáticamente desde la lingüística, pero abre una puerta para re-pensar la filiación arawak de las lenguas del complejo chaná-timbú” (Politis; Bonomo, 2012, p. 34).

historicamente mais recente e derivada de um processo bem compreendido de mudança sonora que afetou essas línguas (ver Carvalho (2021))²³. Sendo assim, caso haja alguma relação histórica real entre os termos *chané* e *chaná*, é mais provável que a mesma resulte de alguma instância mais recente de difusão da forma secundária e derivada (*chané*, o termo para “pessoa” compartilhado pelos grupos mais meridionais falantes de línguas Arawak). Esse cenário de difusão tardia, indicado por considerações de natureza propriamente linguística ou etimológica, é condizente com o que mencionamos a respeito do papel documentado pelos guias dos europeus que essas populações falantes de línguas Arawak tiveram. Somados aos outros pontos já considerados (a recente travessia do Paraguai, a relativamente recente chegada no Chaco), temos aqui uma convergência de evidências, todas atreladas à distribuição conhecida das línguas Arawak e que sugerem fortemente uma entrada de povos falantes de línguas Arawak bastante tardia na região da Bacia do Paraná. Resta ainda considerar um outro caminho seguido pelos autores.

Esses pesquisadores devotaram alguma atenção às implicações de uma hipótese proposta pelo linguista José Pedro Viegas Barros, que sugere a existência de parentesco entre a família linguística Charrúa, que incluiria ao menos as línguas Charrúa, Chaná e Güenoa (Minuano) (ver Jaime e Viegas Barros (2013)), e a família Arawak (ver, *e.g.*, Viegas Barros (2024)). Considerando o Complexo Chaná-Timbú – segundo o que diz Politis e Bonomo (2012) – a continuação histórica da entidade arqueológica Goya-Malabrigo, a conexão com a família linguística Arawak poderia ser construída. No entanto, existem dois obstáculos formidáveis diante dessa proposta.

Primeiro, como indicado pelo próprio Viegas Barros (2024), os dados existentes a respeito das já extintas línguas Charrúa são tão escassos que uma avaliação conclusiva e mais concreta da hipótese do parentesco em questão é impossível, e não parece viável, por exemplo, o reconhecimento de correspondências formais regulares entre os elementos presumivelmente cognatos, um *sine qua non* para o reconhecimento de relações de parentesco linguístico. Exemplificando e considerando os materiais disponíveis, podemos dizer que o tipo de constatação de ordem etimológica a respeito do termo *chané* mencionado acima é possivelmente não replicável para o termo *chaná*. Por essa razão, não surpreende que as referências mais atualizadas acerca da classificação das línguas do continente sigam apresentando a família Charrúa como não tendo qualquer vínculo estabelecido com outras unidades genéticas (ver, *e.g.*, Campbell (2024)). Como é o caso em inúmeras outras línguas sul-americanas já extintas e atestadas apenas de forma fragmentária, as perspectivas de estabelecimento de algum tipo de relação de parentesco está permanentemente excluída (ou quase isso) nestas situações (ver, *e.g.*, Carvalho (2025) para um caso amazônico recente).

Em segundo lugar, é importante levantar uma outra questão, não mencionada em Politis e Bonomo (2012), que diz respeito às relações linguísticas filogenéticas e a sua interpretação em termos de uma história externa. Se ignorarmos por um momento os obstáculos acima mencionados e partirmos do pressuposto de que as evidências para um relacionamento Charrúa-Arawak apresentadas por Viegas Barros são convincentes,

²³ Historicamente atestado na região dos Llanos de Mojos, em especial ao longo dos cursos alto e médio do Rio Mamoré, o Mojeño é o parente mais próximo do Guaná-Chané, cujo representante moderno mais conhecido e melhor atestado é o Terena. Um número grande de evidências convergentes sugere que os Guaná-Chané do Alto Paraguai são oriundos, em última instância, do território que hoje corresponde ao interflúvio Beni-Guaporé, nas terras baixas da Bolívia (ver Carvalho (2019aa)).

veremos que as consequências para a avaliação da hipótese Goya-Malabrigo/Arawak não são exatamente aquelas imaginadas pelos autores. Se na versão de 2012 do manuscrito de Viegas Barros citado por Politis e Bonomo (2012) ainda se encontra a sugestão de que as línguas charrúas poderiam ser um subgrupo interno à família Arawak (ver Politis e Bonomo (2012)), uma consideração das evidências e das versões mais recentes de autoria do próprio Viegas Barros sugere algo bem diferente. Em sua versão mais recente (Viegas Barros, 2024) o trecho do texto citado por Politis e Bonomo (2012), em que se sugere a inclusão das línguas Charrúa **dentro** da família Arawak, foi suprimido. Embora os argumentos neste ponto sejam talvez excessivamente técnicos para um texto destinado a arqueólogos e não a linguistas, essa atualização é justamente o que sugerem os dados, caso venha a se aceitar um presumido parentesco. É importante notar que os elementos gramaticais utilizados como diagnósticos das línguas Arawak e que estão presentes em todas as línguas da família (Aikhenvald, 1999), como o prefixo atributivo **ka-*, o privativo **ma-*, os índices de pessoa e número, como **nu-* e **pi-* (respectivamente para primeira e segunda pessoa singular), não ocorrem como tais em Charrúa (ver Viegas Barros (2024)). Em todos esses casos, temos um prefixo Arawak correspondente a um sufixo Charrúa ou um prefixo Arawak correspondente a uma palavra independente Charrúa. Assim, tornando brevíssima uma questão que é longa, entendemos que isso sugere que, se a hipótese de parentesco Arawak-Charrúa fosse aceita, todas as línguas Arawak teriam inovações (morfológicas) compartilhadas entre si, mas não com as línguas Charrúa. Em termos de estrutura filogenética, isso pode ser traduzido da seguinte forma: as línguas Charrúa não seriam descendentes do Protoarawak, mas este, e o Protocharrúa, seriam línguas-irmãs. Esse ponto é reforçado por Viegas Barros (2024), que utiliza o Protoarawak (e não as línguas-filhas individuais) como ponto de comparação com as línguas Charrúa e observa que as maiores semelhanças dos supostos cognatos Charrúa se dão com o próprio Protoarawak e não com qualquer língua Arawak individual.

Em termos das consequências para uma história externa das línguas, que é o domínio de interação potencial com a arqueologia, vemos que a diferença entre as duas interpretações é enorme. Como as línguas Charrúa não podem ser vistas como um subgrupo da família Arawak, não é claro que os falantes das línguas Charrúa possam ser vistos como herdeiros de uma tradição cultural de origem Protoarawak, o que envolveria outros fatores para além da língua (ver a quarta seção). Nesse caso, não haveria qualquer continuidade cultural indicada por um “lastro linguístico”. Há ainda um fator cronológico: sendo o Protoarawak e o Protocharrúa línguas-irmãs com um ancestral comum, esse ancestral deveria ser mais antigo que o Protoarawak, assim, qualquer associação diacrônica presumida entre um *ethos*, uma “cultura Arawak” que incluía os Charrúa, e uma transmissão *linguística* Arawak deveria ser projetada para horizontes cronológicos ainda mais distantes. Ainda, vale lembrar que todas essas considerações dependem, primeiro, de uma demonstração de parentesco Charrúa-Arawak, para a qual não temos evidências suficientes, como reconhecem Politis e Bonomo (2012). Em suma, uma “vinculação Arawak” às línguas Charrúa não seria, portanto, um ponto necessariamente favorável à ideia da hipótese “arqueolinguística” de Politis e Bonomo (2012), já que traria a reboque outros questionamentos de natureza cronológica e filogenética (ver também Loponte e Acosta (2016) para questionamentos de natureza cronológica em relação à associação Goya-Malabrigo/Arawak).

“ARAWAK”: ÉTNICO, LINGUÍSTICO, MAS NÃO NECESSARIAMENTE AMBOS

Como costuma ser o caso durante o estudo de fenômenos pertencentes a horizontes culturais ágrafos (e que, portanto, não permitem a identificação linguística direta), o termo

“Arawak” é utilizado **simultaneamente** como rótulo linguístico e rótulo étnico (ver a primeira seção). Essa não é, evidentemente, uma prerrogativa de Politis e Bonomo (2012), mas é antes uma situação generalizada dos estudos do passado humano, no contexto sul-americano ou do Velho Mundo (*e.g.*, designações como “Indo-Europeu”, “Celta”). Embora justificado até certo ponto, esse uso é uma fonte potencial de equívocos para a interpretação arqueológica e, mais amplamente, para a construção de narrativas sobre o passado humano. Essa ambiguidade no uso de rótulos e conceitos, por seu caráter central, deve ser abordada com maior profundidade.

Um ponto importante para Politis e Bonomo (2012) é a caracterização da entidade Goya-Malabrigo, por meio de atributos como práticas horticuloras, hierarquias sociais, construção de montículos, ocupação de ambiente fluvial, estilo cerâmico (*e.g.*, presença de apêndices zoomórficos), entre outras (Politis e Bonomo 2023: 88), que conduzem à conclusão da existência de uma sociedade com complexidade distinta daquela usualmente atribuída aos “bandos” de caçadores-coletores (Politis e Bonomo 2012). Dada a natureza das características e atributos elencados, fica patente que a proposta de vinculação Goya-Malabrigo/Arawak é, antes de tudo, **arqueologicamente** motivada e depende ainda da constatação de que tais características estariam presentes tanto em certas regiões amazônicas quanto no Médio e Baixo Paraná, no caso Goya-Malabrigo (Politis; Bonomo, 2018). De fato, a natureza arqueológica dessa associação remonta aos seus pioneiros, como Erland Nordenskiöld ou Max Schmidt (ver Eriksen (2011) e Jaimes (2018)).

A partir dessa hipótese de relação cultural essencialmente arqueológica, o salto para que questões linguísticas tornem-se potencialmente relevantes depende de um outro conjunto de premissas ou hipóteses auxiliares, todas com paralelos na literatura interdisciplinar sobre o passado das terras baixas sul-americanas. Vinculando-se uma vez mais a uma tradição que remonta aos pioneiros da etnologia e do estudo da história do continente, como Max Schmidt, Politis e Bonomo (2012) assumem que comunidades de falantes de línguas Arawak estariam também associados ao sedentarismo, à integração regional e às hierarquias, o que, por sua vez, conduz os autores à inferência de que “grupos Protoarawak” teriam levado um padrão característico de assentamento, de produção cerâmica e de horticultura pelas terras baixas da América do Sul (Politis; Bonomo 2012). Isto é: de alguma maneira, uma entidade linguística específica (a família Arawak) estaria vinculada a um complexo de características arqueologicamente visíveis.

A proposta de Politis e Bonomo (2012) encaixa-se, assim, em um tipo mais geral de associação hipotética, entre uma dispersão linguística e um correlato arqueologicamente visível particular. Isso difere, por exemplo, da proposta de uma associação “arqueolinguística” regional e localizada, vinculando, por exemplo, uma certa camada em uma sequência cultural regional ou uma descontinuidade no registro arqueológico a intromissão de um grupo etnolinguístico conhecido. Ao contrário, propostas como a hipótese Goya-Malabrigo/Arawak ou os modelos de diáspora Arawak mais amplos, como os de Lathrap (1970) ou Heckenberger (2002, 2011), assumem a existência de “pacotes” de traços culturais, incluindo elementos díspares como cultura material, línguas e genes (ver, *e.g.*, Shennan (2002)). Ainda, pode ocorrer – e esse parece ser o caso Arawak – que certos valores e práticas culturais sejam considerados mais básicos (o *Bauplan*, de Rosenberg (1994)), de caráter formativo nas culturas sob estudo, e que, talvez por isso, apresentem coerência na sua transmissão (Boyd *et al.*, 1997). Tais modelos demandam que a coesão entre a transmissão cultural de características tão diferentes como essas deve ser mantida através das gerações e por longos períodos de tempo.

No entanto, devemos lembrar que, embora a existência de tais pacotes culturais possa ser assumida como possível sob certas condições históricas (ver, *e.g.*, Bellwood

(2005, 2014), Kirch e Green (2001) e Shennan (2002)), essa deve ser empiricamente estabelecida e não assumida *a priori* (Boyd *et al.*, 1997; Rosenberg, 1994; Shennan, 2002)²⁴. Hill e Santos-Granero (2002) são as referências obrigatórias à ideia de que, no caso Arawak, tal tipo de associação pode de fato ser proposta, e deles dependem Politis e Bonomo (2012). Hill e Santos-Granero sugerem que foram capazes de identificar práticas culturais amplamente compartilhadas por povos Arawak e que a persistência dessas práticas sugere que a filiação linguística pode permanecer conectada com um conjunto de práticas culturais por longos períodos de tempo (Hill; Santos-Granero, 2002).

É crucial sublinhar as diferenças com o modelo que discutimos na segunda seção. Aqui, na ausência de evidências diretas de línguas Arawak em associação (mesmo que apenas por sobreposição geográfica) com a entidade arqueológica, é de se supor que **se** certas características arqueologicamente definidas estão presentes, **então** uma identidade linguística (Arawak) pode ser inferida. Que esse caminho, inverso ao que acreditamos ser o mais adequado, é seguido pelos autores, eles próprios indicam:

Várias das características do *ethos* Arawak aparecem em Goya-Malabrigo e são mais visíveis nos Chaná-Timbú do século 16 [...] essas semelhanças **permite reformular o alcance da expansão da diáspora Arawak**, e colocar como provável que a mesma estava envolvida na conformação Goya-Malabrigo (Politis; Bonomo, 2012, p. 36, tradução nossa, grifo nosso)²⁵.

Isto é, antes de tomar a distribuição linguística atestada das línguas Arawak como o que deve ser explicado, os autores atribuem a essa distribuição uma extensão geográfica não atestada, ainda que a título de hipótese, com base em uma vinculação de transmissão cultural de longa duração. É justamente a falta de evidência positiva para a presença de línguas Arawak na região sob estudo que impede a aplicação dos modelos indicados na segunda seção deste trabalho e é a razão pela qual a proposta Goya-Malabrigo/Arawak necessita de uma associação de tipo “pacote cultural” entre língua e elementos arqueologicamente visíveis. Ao darem como correta a premissa da associação, os autores da proposta colocam-se na posição de inferir aspectos linguísticos a partir de aspectos materiais²⁶. Pelas razões expostas na já mencionada segunda seção, esse tipo de raciocínio nos parece inadequado.

²⁴ Um exemplo bastante comentado é o trabalho de Rushforth e Chisholm (1991) sobre povos de língua Atabasca, que, aliás, demonstra a existência de pacotes culturais coesos.

²⁵ No original: “Varios de los rasgos del *ethos* arawak subyacen en Goya-Malabarigo y son más visibles en los chaná-timbú del siglo XVI [...] Estas similitudes permiten reformular el rango de expansión de la diáspora arawak y plantear que es probable que haya estado involucrada en la conformación de Goya-Malabrigo” (Politis; Bonomo 2012, p. 36).

²⁶ É importante frisar que Politis e Bonomo (2012) vão além da perspectiva de Hill e Santos-Granero (2002), ainda em larga medida tributária dos modelos migratórios ou dênicos como os de Lathrap (1970) e Meggers (1982). Os autores assumem uma “perspectiva etnogenética” (Politis; Bonomo, 2012, p. 30, 2023, p. 95) característica de uma reorientação mais recente e que, no contexto da arqueologia amazônica, encontra seu *locus classicus* em Hornborg e Hill (2011). Do ponto de vista metodológico, tal perspectiva permite fazer sentido do fraco sinal Arawak na região do Paraná e do Rio da Prata (isto é, sugerir explicações alternativas para a ausência de línguas Arawak atestadas). A possível relevância e a natureza mesma de tais modelos etnogenéticos não serão discutidos no limite da presente contribuição. No entanto, devemos frisar que certas propostas de modelos etnogenéticos incluem avaliações das filogenias linguísticas e do seu uso para o estudo do passado humano que são, no mínimo, discutíveis (ver, *e.g.*, Shennan (2002) acerca de propostas como as de Moore (1994) e Terrell, Hunt e Gosden (1997)).

Por fim, há um outro fator, de grande importância metodológica, que torna o caminho interpretativo baseado nos pacotes culturais menos interessante do que o modelo discutido na segunda seção. O fator em questão é o do imperativo de **independência** das dimensões (por exemplo, entre linguística e arqueológica) ao buscarmos a triangulação desses tipos de evidência com o propósito de entender o passado (Kirch; Green, 2001). Embora de significação metodológica, a necessidade de independência tem motivação ontológica, isto é, se baseia na realidade da transmissão cultural e biológica. Uma vez que não há associação essencial entre tipos físicos, culturais e linguísticos particulares, o que estamos buscando são correlações historicamente contingentes, produzidas por eventos particulares do passado que criam essas associações (e.g., migrações, colonizações etc.). Para que essas associações sejam significativas, elas precisam ser identificadas a partir da amostragem independente de cada um dos domínios relevantes, como as distribuições linguísticas e a cultura material²⁷. Podemos alegar que a inferência de língua (ou da “dispersão meridional do grupo **etnolinguístico** Arawak”) a partir de aspectos da cultura material constitui uma violação da necessidade de independência.

Mesmo que a hipótese Goya-Malabrigo/Arawak seja aceita dentro da interpretação arqueológica, consistindo, por exemplo, na atribuição de um “*ethos* Arawak” às populações que legaram a entidade arqueológica Goya-Malabrigo, a associação não diz nada a respeito dos processos históricos subjacentes à formação e expansão da entidade **linguística** Arawak. Isso posto, podemos nos questionar até que ponto o uso do rótulo Arawak agrega algo ao trabalho arqueológico de interpretação. Talvez o uso de “horticultores modificadores de paisagem com orientação fluvial” ou algo similar, ainda que seja um rótulo quase intratável, tenha a vantagem de incorporar a parte do termo Arawak que possui relevância no caso Goya-Malabrigo – especificamente, seu aspecto arqueológico –, deixando de lado confusões com uma dimensão linguística que é, nesse caso, absolutamente dispensável. Este, e apenas este, é o ponto central defendido no presente trabalho.

CONCLUSÃO E DISCUSSÃO FINAL

Começamos esta seção com a expressão de um truísmo e a citação de um linguista que compartilha do entusiasmo em relação à aproximação entre linguística histórica e outras ciências do passado humano:

Também parece verdade que o trabalho arqueológico pode proceder de maneira bastante satisfatória na ausência de conhecimento a respeito da etnicidade e/ou língua das pessoas que ocuparam os sítios sob investigação. O estudo arqueológico de Mohenjodaro ou de Harappa não foram afetados pela falta de progresso no deciframento da escrita do Vale do Indo (Southworth, 2005, p. 30, tradução nossa)²⁸.

²⁷ No passado, outras propostas influentes de síntese interdisciplinar foram criticadas exatamente por violarem o critério da independência. Por exemplo, a “significativa congruência” entre classificações biológicas e linguísticas apontadas pelo trabalho de Luigi Luca Cavalli-Sforza revelaram-se, em alguns casos, “embutidas na análise”, já que a amostra de populações investigadas em seus aspectos biológicos comparadas foi selecionada com base em critérios linguísticos (ver Bateman *et al.* (1990, p. 6)).

²⁸ No original: “It also seems to be true that archaeological work can proceed quite satisfactorily without knowledge of the ethnicity and/or language of the people who occupied the sites under study. The archaeological study of Mohenjodaro and Harappa has not been hampered by the lack of progress in the decipherment of the Indus script” (Southworth, 2005, p. 30).

O mesmo vale, é óbvio, para a entidade arqueológica Goya-Malabrigo, que pode ser arqueologicamente estudada sem que se faça qualquer menção à identidade linguística daqueles que a produziram. Entretanto, entendemos que qualquer ação interpretativa que faça referência a uma filiação linguística carrega consigo o ônus da prova para aqueles que a propõe. O presente trabalho não apresenta dados novos que possam validar uma hipótese alternativa à associação Goya-Malabrigo/Arawak; antes disso, o que é proposto aqui pode ser sintetizado a seguinte forma: as condições mínimas para que a entidade arqueológica Goya-Malabrigo seja proveitosamente incorporada na explicação histórica da dispersão das línguas Arawak não existem.

Partindo dos pressupostos aceitos a respeito do que nos parecem as melhores práticas para construir uma “arqueolinguística” (ver segunda seção), fica evidente qual é o principal obstáculo para a aceitação da hipótese Goya-Malabrigo/Arawak; não há aqui um “Problema Arawak”, similar ao “Problema Indo-Europeu” tratado por Renfrew (1987). O modelo descrito na segunda seção deste trabalho, que se inicia a partir das distribuições linguísticas como meio de interrogar as suas origens históricas, simplesmente não tem aplicação no caso Goya-Malabrigo, pois esse trata de uma entidade arqueológica, não linguística. Como discutido na quarta seção, o caminho seguido pelos autores da proposta Goya-Malabrigo/Arawak é o inverso: ele parte de um Arawak arqueológico e busca inferir, na região e no horizonte cronológico ocupado pelo mesmo, o extremo meridional de uma dispersão linguística Arawak. Não há, no entanto, razão para supor que a região do Paraná e do Rio da Prata sejam relevantes para o problema de se explicar a dispersão das línguas Arawak. Como discutido com algum detalhe no corpo do trabalho, há um conjunto convergente de evidências que indicam uma presença relativamente tardia de grupos humanos falantes de línguas Arawak na Bacia do Paraná, o que não coaduna, em termos espaciais e cronológicos, com uma vinculação – ainda que hipotética – com a entidade Goya-Malabrigo.

O caminho que nos parece mais adequado para a busca de uma convergência é aquele que, como no modelo processual de Renfrew (1987) e Bellwood (2005), **começa** com as distribuições linguísticas e sua estrutura filogenética e daí busca compreender que tipos de processos e eventos históricos podem explicar a sua existência e formação. O que propõe Politis e Bonomo (2012), se compreendemos Arawak como um rótulo linguístico e não apenas étnico ou arqueológico, é que se **termine** no linguístico, começando do arqueológico e efetuando um salto sustentado apenas por um conjunto de premissas (e.g., coesão de transmissão cultural) que são, no mínimo, discutíveis.

Nesse ponto, é importante frisar e repetir dois pontos essenciais, ambos já abordados e discutidos amplamente na segunda seção. Em primeiro lugar, embora o modelo aqui discutido como ideal para informar contribuições arqueológicas ao entendimento da história externa das famílias linguísticas (ver segunda seção) tenha sido originalmente exemplificado no caso Indo-Europeu, ele não é de forma alguma dependente de particularidades conjunturais da história dos falantes dessas línguas ou de idiosincrasias do contexto sociocultural, político e linguístico Indo-Europeu. Se o modelo foi originalmente apresentado – em Renfrew (1987) – com base em material Indo-Europeu, isso se deve única e exclusivamente à contingência de que o proponente do modelo era um estudioso particular do Indo-Europeu; ou seja, esse é um fato que diz algo sobre o seu patrono intelectual e não sobre as propostas apresentadas. O próprio Renfrew ensaiou a aplicação do mesmo modelo para os casos Bantu e Polinésios – posteriormente, esse segundo foi amplamente elaborado nos trabalhos de Peter Bellwood, entre outros. Vale citar também Southworth (2005), entusiasta do modelo de Renfrew e que aplica o mesmo para o caso das línguas Dravídicas do subcontinente indiano

(ver Southworth (2005)). De forma crucial para a presente discussão, a inferência de distribuições linguísticas depende exclusivamente de evidências linguísticas:

A evidência para a localização de línguas e de características linguísticas é de natureza linguística e filológica, baseada nas localizações conhecidas de línguas e de características linguísticas atestadas (Southworth, 2005, p. 323, tradução nossa)²⁹.

Em segundo lugar, cabe sublinhar que a proposta de vinculação Goya-Malabrigo/Arawak não adere a esse modelo, já que admite a inferência de línguas (no caso, Arawak) não a partir da localização conhecida das mesmas, mas a partir da evidência arqueológica, interpretada sob a ótica de uma concepção étnica de Arawak (ver quarta seção). Isto é, embora o raciocínio exemplificado pela hipótese Goya-Malabrigo/Arawak possa servir a inferência de “populações Arawak” no sentido arqueológico ou étnico do termo, essa não pode inferir línguas Arawak e, portanto, não pode dizer nada sobre os processos de expansão dessa família linguística.

A despeito das conclusões relativamente pessimistas sobre a hipótese Goya-Malabrigo/Arawak e sobre os obstáculos diante de toda e qualquer proposta de convergência “arqueolinguística”, desejamos terminar o presente trabalho com algumas considerações otimistas. Na qualidade de linguista que atua também em um Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), creio que as portas para a busca de pesquisas interdisciplinares seguem abertas.

Em relação ao uso do método histórico direto na interpretação arqueológica da entidade Goya-Malabrigo, a proposta de uma continuidade cultural entre Goya-Malabrigo e o Complexo Chaná-Timbú é uma contribuição importante para os estudos do passado indígena da região. Caso tenhamos a felicidade de encontrar dados adicionais a respeito das línguas Charrúa, poderemos saber mais sobre as vinculações linguísticas desse conjunto de populações³⁰.

De implicações mais amplas, uma fonte potencial de alento é a constatação de que as vias mais adequadas para conduzir a pesquisa interdisciplinar parecem estar longe de serem exauridas. Pelo contrário, a impressão é que algumas das ideias centrais da segunda seção deste trabalho ainda foram pouco aplicadas na prática:

Mesmo que arqueólogos e linguistas possam concordar quanto à abordagem de Renfrew – e não há qualquer evidência de que as suas palavras tenham tido impacto na comunicação entre linguistas e arqueólogos desde que ele as escreveu – permanecem ainda muitas questões a serem resolvidas, envolvendo os pressupostos e regras evidenciais de cada um dos campos, ao lado de uma compreensão dos significados e implicações de termos específicos como “complexo arqueológico” e “cultura arqueológica”, e termos linguísticos como

²⁹ No original: “The evidence for the locations of languages and linguistic features is linguistic and philological, based on the known locations of languages and linguistic features on the ground” (Southworth, 2005, p. 323).

³⁰ Alguns casos recentes mostram que a esperança em questão não é inteiramente vã. Podemos citar como exemplo os dados Yuri encontrados por Seifart e Echeverri (2014) em acervos da Ordem dos Capuchinhos, em Barcelona, e a (até então) perdida gramática do Guarayu, descoberta em 2015 no *Archivo General de la Nación*, em Buenos Aires (ver Dietrich e Danielsen (2024)).

“reconstrução”, “comunidade de fala”, “contínuo dialetal”, e mesmo “língua” e “dialeto”. Embora um grande número de conferências tenha sido organizadas, a minha posição, pelo menos quanto à Ásia Meridional, é a de que, em geral, linguistas e arqueólogos ainda não aprenderam a escutar uns aos outros (Southworth, 2005, p. 32, tradução nossa)³¹.

Além do potencial ainda não explorado, devido a pouca cobertura dos estudos de linguística histórica no nosso continente e da limitada aplicação, até o momento, do paradigma processual/demográfico para a busca de convergências interdisciplinares, existem movimentos atuais que sugerem um futuro promissor para a investigação interdisciplinar do passado humano. A arqueogenética, a revolução do “DNA Antigo” e a inovação de métodos computacionais e quantitativos em linguística histórica (*e.g.*, Kolipakam *et al.* (2018), Maurits *et al.* (2020) e McMahon e McMahon (2005)), abrem possibilidades em franca realização e apenas incipientemente aproveitadas. Já que o “Problema Indo-Europeu” possui relevância singular para as relações entre linguística histórica e a arqueologia, vale mencionar que muitas das hipóteses e modelos acerca da história externa dessa família linguística, derivados primariamente do trabalho linguístico, foram validados recentemente com o aporte de contribuições da arqueogenética. Em particular, podemos indicar a ênfase colocada pelos modelos linguísticos usuais em processos migratórios e uma pressuposição mais ampla de mobilidade demográfica (ver Kristiansen, Kroonen e Willerslev (2023) para uma extensa discussão sobre o assunto). Já no terreno das aplicações de métodos computacionais à linguística histórica – campo crescente de investigação –, há relevância nas aplicações de filogeografia dos métodos computacionais bayesianos, que permitem, com graus quantificáveis de confiança plotar entidades linguísticas ancestrais no espaço, atacando assim um dos eixos problemáticos discutidos na segunda seção (ver Neureiter *et al.* (2021)). Partindo do outro lado da “arqueolinguística”, podemos perceber que as perspectivas da arqueologia Amazônica voltadas ao entendimento de processos de longa-duração (Kater; Lopes, 2021) e a aproximação à disciplina entendida enquanto história indígena profunda (Neves, 2022) permitem que os pontos fortes da evidência linguística (que foram discutidos na segunda seção) sejam explorados em sua plena capacidade. Esta contribuição buscou não apenas avaliar um caso específico de proposta de associação entre entidades linguísticas e arqueológicas, mas, ao evidenciar as limitações da hipótese Goya-Malabrigo/Arawak, buscou trazer clareza a alguns pontos conceituais de fundamental relevância para que o potencial ainda inexplorado de frutífera cooperação interdisciplinar seja implementado.

³¹No original: “Even if archaeologists and linguists can agree with Renfrew’s approach – and there is no evidence that his words have had any substantial impact on communication between linguists and archaeologists in the fifteen years since he wrote them – there remain many specific issues to be worked out, involving each field’s assumptions and rules of evidence, along with understanding the meanings and implications of specific terms like “archaeological complex” and “archaeological culture”, and linguistic terms like “reconstruction,” “speech community,” “dialect continuum”, and even “language” and “dialect”. Though there have been any number of joint conferences, it is my contention that, at least in the field of South Asia, on the whole linguists and archaeologists have not really learned to listen to each other” (Southworth, 2005, p. 32).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIRRE, Juan F. Etnografía del Chaco: manuscrito del capitán defragata D. Juan Francisco Aguirre (1793). In: Instituto Geográfico Argentino. *Boletín del Instituto Geográfico Argentino* – Tomo XIX. Buenos Aires: Imprenta La Buenos Aires, 1898. p. 464-510.
- AIKHENVALD, Alexandra Y. The Arawak language family. In: DIXON, Robert M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (ed.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 65-106.
- ALMEIDA, Fernando O.; NEVES, Eduardo G. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *MANA*, v. 21, n. 3, p. 499-525, 2015.
- ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, v. 5, n. 3, p. 271-379, 1949.
- ARRUDA, Ariane A. C.; PEIXOTO, José L. S. As relações estabelecidas entre os grupos indígenas do Pantanal e da Chiquitania no período colonial. *Revista GeoPantanal*, n. 20, p. 125-146, 2016.
- ASCHER, Robert. Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology*, v. 17, n. 4, p. 317-325, 1961.
- ASHMORE, Wendy; SHARER, Robert J. *Discovering Our Past: a brief introduction to archaeology*. Boston: McGraw-Hill, 2010.
- BATEMAN, Richard *et al.* Speaking of forked tongues: the feasibility of reconciling human phylogeny and the history of language. *Current Anthropology*, v. 31, n. 1, p. 1-24, 1990.
- BELLWOOD, Peter. *First Farmers: The Origins of Agricultural Societies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- BELLWOOD, Peter. Human migrations and the histories of major language families. In: BELLWOOD, Peter (ed.). *The Global Prehistory of Human Migration*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2014. p. 87-95.
- BOYD, Robert *et al.* Are cultural phylogenies possible? In: Weingart, Peter; Mitchell, Sandra D.; Richerson, Peter J.; Maasen, Sabine (ed). *Human by Nature: between biology and the social sciences*. London: Lawrence Erlbaum, 1997. p. 355-386.
- CAMPBELL, Lyle. *The Indigenous Languages of the Americas: History and Classification*. Oxford: Oxford University Press, 2024.
- CARVALHO, Fernando O. Terena, Chané, Guaná and Kinikinau are one and the same language: Setting the record straight on Southern Arawakan linguistic diversity. *LIAMES* v. 16, n. 1, p. 39-57, 2016.
- CARVALHO, Fernando O. Arawakan-Guaicuruan language contact in the South American Chaco. *International Journal of American Linguistics*, v. 84, n. 2, p. 243-263, 2018.
- CARVALHO, Fernando O. Etymology meets ethnohistory: linguistic evidence for the prehistoric origin of the Guaná-Chané in the northwestern Chaco. *Anthropological Linguistics*, v. 61, n. 3, p. 341-363, 2019a.
- CARVALHO, Fernando O. On the Etymology of the Ethnonym Katukina. *Revista Brasileira de Línguas Indígenas*, v. 2, n. 1, p. 5-16, 2019b.
- CARVALHO, Fernando O. On the diachronic origins of the accentual contrast in Terena (Arawakan). *Transactions of the Philological Society*, v. 119, n. 3, p. 315-329, 2021.

- CARVALHO, Fernando O. on the lexical evidence for a genealogical relationship between múra-pirahã and matanawi. *LIAMES*, v. 25, p. 1-17, 2025.
- CARVALHO, Fernando O.; ROSE, Françoise. Comparative reconstruction of proto-mojeño and the diversification of mojeño dialects. *LIAMES*, v. 18, n. 1, p. 3-44, 2018.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi L. *Genes, Povos e Línguas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CAVALLI-SFORZA, Luigi L.; CAVALLI-SFORZA, Francesco. *The Great Human Diasporas: the history of diversity and evolution*. Cambridge: Perseus Books, 1995.
- CHAPMAN, Malcom. *The Celts: The Construction of a Myth*. New York: St. Martin's Press, 1992.
- CURRIE, Thomas E.; MACE, Ruth. Evolution of cultural traits occurs at similar relative rates in different world regions. *Proceedings of the Royal Society B*. v. 281, n. 1795, p. 1-8, 2014.
- DIETRICH, Wolf; DANIELSEN, Swintha. *La Primera Gramática del Guarayu*: Manuel Viudes, 1841 – copia de Francisco Lacueva: Arte de la Lengua Guaraya. Münster: Wissenschaftliche Schriften der Universität Münster, 2024.
- ERIKSEN, Love. *Nature and culture in prehistoric Amazonia: using G.I.S to reconstruct ancient ethnogenetic processes from archaeology, linguistics, geography, and ethnohistory*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Lund, Lund, 2011.
- EVANS, Christopher. Historicism, chronology and straw men: situating Hawkes' 'Ladder of Inference'. *Antiquity*, v. 72, p. 398-404, 1998.
- GALLOIS, Dominique T. *Contribuição ao estudo do povoamento indígena da Guiana Brasileira. Um caso específico: Os Waiãpi*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- VAN GIJN, Rik; ARIAS, Leonardo; SOUZA, Jonas G. Archaeolinguistics of language families and contact areas of Amazonia. In: ROBBEETS, Martine; HUDSON, Mark (ed.). *The Oxford Handbook of Archaeology and Language*. Oxford: Oxford University Press, 2025. p. 664-690.
- HECKENBERGER, Michael. Rethinking the Arawakan diaspora: hierarchy, regionality and the Amazonian Formative. In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (ed.). *Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazonia*. Champaign: University of Illinois Press, 2002. p. 99-122.
- HECKENBERGER, Michael. Deep history, cultural identities, and ethnogenesis in the Southern Amazon. In: HORNBORG, Alf; HILL, Jonathan D. (ed.). *Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics and ethnohistory*. Denver: University Press of Colorado, 2011. p. 57-74.
- HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (ed.). *Comparative Arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazonia*. Champaign: University of Illinois Press, 2002.
- HODDER, Ian; HUTSON, Scott. *Reading the Past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HORNBORG, Alf; HILL, Jonathan D. (ed.). *Ethnicity in ancient Amazonia: reconstructing past identities from archaeology, linguistics and ethnohistory*. Denver: University Press of Colorado, 2011.
- JAIME, Blas W. O.; VIEGAS BARROS, José P. *La lengua Chaná: patrimonio cultural de Entre Ríos*. Paraná: Editorial de Entre Ríos, 2013.

- JAIMES, Carla. Reflexiones sobre la filiación arawak de dos áreas culturales en los Llanos de Mojos de Bolivia. In: MUÑOZ COLLAZOS, María A. (ed.). *Interpretando huellas: arqueología, etnohistoria y etnografía de los Andes y sus tierras bajas*. Cochabamba: Grupo Editorial Kipus, 2018.
- KATER, Thiago; LOPES, Rafael A. Braudel nas terras baixas: caminhos da arqueologia na construção de histórias indígenas de longa duração. *Revista de História* (São Paulo), n. 180, a11720, 2021.
- KIRCH, Patrick V.; GREEN, Roger C. *Hawaiki, ancestral Polynesia: an essay in historical anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- KOLIPAKAM, Vishnupriya *et al.* A Bayesian phylogenetic study of the Dravidian family. *Royal Society Open Science*, v. 5, n. 3, e171504, 2018.
- KRISTIANSEN, Kristian. The discipline of archaeology. In: GOSDEN, Chris; CUNLIFFE, Barry; JOYCE, Rosemary A. (ed.). *The Oxford Handbook of Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 3-46.
- KRISTIANSEN, Kristian; KROONEN, Guus; WILLERSLEV, Eske (ed.). *The Indo-European Puzzle Revisited: integrating archaeology, genetics and linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- LATHRAP, Donald W. *The Upper Amazon*. Southampton: Thames and Hudson, 1970.
- LOPONTE, Daniel; ACOSTA, Alejandro. Los contextos Goya-Malabrigo del noreste Argentino. *Cadernos do CEOM*, v. 29, n. 45, p. 125-187, 2016.
- MACE, Ruth; PAGEL, Mark. The comparative method in anthropology. *Current Anthropology*, v. 35, n. 5, p. 549-564, 1994.
- MAURITS, Luke *et al.* Best practices in justifying calibrations for dating language families. *Journal of Language Evolution*, v. 5, n. 1, p. 17-38, 2020.
- MCMAHON, April; MCMAHON, Robert. *Language classification by numbers*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MEGGERS, Betty. Archaeological and ethnographic evidence compatible with the model of forest fragmentation. In: PRANCE, Ghilleen T. (ed.). *Biological diversification in the tropics*. New York: Columbia University Press, 1982. p. 483-496.
- MOORE, John H. Putting anthropology back together again: an ethnogenetic critique of cladistic theory. *American Anthropologist*, v. 96, n. 4, p. 925-948, 1994.
- NEVES, Eduardo G. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Editora Edusp: Ubu Editora, 2022.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Brasília: Iphan; IBGE, 2017.
- NEUREITER, Nico *et al.* Can Bayesian phylogeography reconstruct migrations and expansions in linguistic evolution?. *Royal Society Open Science*, v. 8, n. 1, e201079, 2021.
- NOELLI, Francisco S. José Proenza Brochado: vida acadêmica e ideias sobre o passado dos povos Tupi. In: PROUS, André; LIMA, Tania A. (ed.). *Os ceramistas Tupiguarani: volume I – sínteses regionais*. Belo Horizonte: Sigma, 2008. p. 5-35.
- POLITIS, Gustavo G.; BONOMO, Mariano. La entidad arqueológica Goya-Malabrigo (Ríos Paraná y Uruguay) y su filiación Arawak. *Revista de Arqueología*, v. 25, n. 1, p. 10-48, 2012.

- POLITIS, Gustavo G.; BONOMO, Mariano. Estado actual y perspectivas de Goya-Malabrigo, una sociedad indígena del noreste argentino. In: POLITIS, Gustavo G.; BONOMO, Mariano (ed.). *Goya-Malabrigo: arqueología de una sociedad indígena del noreste argentino*. Tandil: Editorial UNICEN, 2018. p. 9-44.
- POLITIS, Gustavo G.; BONOMO, Mariano. Goya-Malabrigo y la expansión Arawak 10 años después. *Revista de Arqueologia*, v. 36, n. 1, p. 87-102, 2023.
- POLITIS, Gustavo G. et al. Modelamiento de los parámetros ambientales de la distribución de sitios Goya-Malabrigo mediante Maxent. In: POLITIS, Gustavo G.; BONOMO, Mariano (ed.). *Goya-Malabrigo: arqueología de una sociedad indígena del noreste argentino*. Tandil: Editorial UNICEN, 2018. p. 289-305.
- RENFREW, Colin. *Archaeology and language: the puzzle of Indo-European origins*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- RENFREW, Colin. The origins of world linguistic diversity: an archaeological perspective. In: JABLONSKI, Nina G.; AIELLO, Leslie C. (ed.). *The origin and diversification of language*. San Francisco: California Academy of Sciences, 1998. p. 171-192.
- ROBBEETS, Martine; HUDSON, Mark; NING, Chao. Transeurasian archaeolinguistics. In: ROBBEETS, Martine; HUDSON, Mark (ed.), *The Oxford Handbook of Archaeology & Language*. Oxford: Oxford University Press, 2025. p. 381-389.
- ROSENBERG, Michael. Pattern, process and hierarchy in the evolution of culture. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 13, n. 4, p. 307-340, 1994.
- RUSHFORTH, Scott; CHISHOLM, James S. *Cultural persistence: continuity in meaning and moral responsibility among the Bearlake Athabascans*. Tucson: University of Arizona Press, 1991.
- SEIFART, Frank; ECHEVERRI, Juan A. Evidence for the identification of Carabayo, the language of an uncontacted people of the Colombian Amazon, as belonging to the Tikuna-Yurí linguistic family. *PLOS ONE*, v. 9, n. 4, e94814, 2014.
- SHENNAN, Stephen. *Genes, memes and human history: Darwinian archaeology and cultural evolution*. Londres: Thames & Hudson, 2002.
- SHNIRELMAN, Victor. Linguoarchaeology: goals, advances and limits. In: BLENCH, Roger; SPRIGGS, Matthew (ed.) *Archaeology and Language I: theoretical and methodological orientations*. London: Routledge, 1997. p. 158-165.
- SILVA, Fabíola A. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, p. 27-37, 2009.
- SILVA, Fabíola A.; NOELLI, Francisco S. Arqueologia e linguística: construindo as trajetórias histórico-culturais dos povos Tupí. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 7, n. 1, p. 55-87, 2017.
- SOUTHWORTH, Franklin C. *Linguistic archaeology of South Asia*. New York: RoutledgeCurzon, 2005.
- TERRELL, John E.; HUNT, Terry L.; GOSDEN, Chris. Human diversity and the myth of the primitive isolate. *Current Anthropology*, v. 38, n. 2, p. 155-195, 1997.
- TRIGGER, Bruce G. *Beyond history: the methods of prehistory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- VIEGAS BARROS, José P. Una revisión de la hipótesis de parentesco de las familias lingüísticas Arawak y Charrúa. Academia, 2024. Disponível em: <https://www.academia>.

edu/30236447/_2015_atualizado_2024_Una_revisi%C3%B3n_de_la_hip%C3%B3tesis_de_parentesco_de_las_familias_ling%C3%BC%C3%ADsticas_Arawak_y_Charr%C3%BAa. Acesso em: 15 mai. 2025.

VOGT, Evon Z. The genetic model and Maya cultural development. *In*: VOGT, E.Z.; LHUILLER, Alberto R. (ed.). *Desarrollo Cultural de los Mayas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1964. p. 9-48.

VOGT, Evon Z. On the application of the phylogenetic model to the Maya. *In*: DEMALLIE, Raymond J.; ORTIZ, Alfonso (ed.). *North American Indian Anthropology: Essays on Society and Culture*. Norman: University of Oklahoma Press, 1994. p. 377-414.

WALLACH, Efraim. Inference from absence: the case of archaeology. *Palmgrave Communications*, v. 5, n. 94, p. 1-10, 2019.